

MEMÓRIAS. A LUTA PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO NUMA UNIVERSIDADE PARTICULAR – A PUC-SP²⁶

Lucio Martini

ALUTA pelo ensino público e gratuito, na história da educação brasileira, sempre revelou lados opostos em posições bastante desiguais. De um lado, há os que buscam garantias de direitos e oportunidades para todos os segmentos da sociedade, além do uso de recursos públicos para o ensino público; de outro, está a elite, detentora do capital, que busca manter sua hegemonia tanto no campo do saber quanto no da política e, para tanto, garantir instituições educacionais que formem os seus membros.

Como peso extra para o lado da elite, posiciona-se, e sempre posicionou-se, a Igreja Católica que, historicamente, exerceu, desde os jesuítas, grande e forte influência na formação acadêmica dos governantes do país, mesmo alegando sua “missão” junto aos mais pobres e necessitados. Construiu escolas, faculdades e Universidades para atendimento das camadas mais abastadas e, em contrapartida buscou “recompensa” para a manutenção e garantia das suas instituições.

Em tempos da ordem do capital internacional e os governos neoliberais, percebe-se o quanto a educação tem se tornado mais um elemento de investimento dos interesses empresariais, regidos pelo mercado, abrindo um espaço imenso para a criação de instituições de ensino privadas e lucrativas que conduzem a oferta de educação, com o codnome de “filantrópicas”, entre elas as instituições confessionais.

²⁶ RIBEIRO, Maria Luiza S. Memórias. A luta pelo ensino público e gratuito numa universidade particular – a PUCSP. Campinas: Autores Associados, 2001.

A nítida disposição do governo federal, nos últimos tempos, em reduzir investimentos públicos, quando o próprio Ministro da Educação prevê e defende o fim das Universidades públicas, estas deixam de ser consideradas como direito e os portadores desses direitos são vistos como consumidores dos serviços cada vez mais distantes e inacessíveis à maioria da população.

Neste contexto atual de privatização e mercantilização da educação e de questionamentos do ensino, as "Memórias" de Maria Luiza Santos Ribeiro, que lembram "a luta pelo ensino público e gratuito numa Universidade Particular – a PUCSP", vêm alertar e, de certa forma incentivar, profissionais da educação, quanto ao valor de uma "luta" mesmo que "perdida", em decorrência dos fatores ideológicos, centralizadores e autoritários, como é comum nas decisões políticas ao longo da história brasileira, mas que forma também opiniões que podem defender o direito de todos à um ensino público e gratuito de qualidade.

Ex-aluna, em 1965, da então Faculdade de Ciências e Letras de São Bento, e futura docente da PUCSP, Maria Luiza relata, através de textos divulgados nos jornais internos da Universidade (Porãduba e Jornal da APROPUC), a trajetória de luta no interior do movimento de professores da Associação dos Professores da PUCSP (APROPUC), analisando os acontecimentos dos anos 70, 80 e 90 que pretendiam transformar a PUCSP em uma universidade pública e gratuita.

Originalmente, o texto foi escrito em 1991, mas somente em 2000 foi escrita uma introdução detalhada e a conclusão, sendo considerado pela autora, por esse motivo, uma análise mais teórica e "registro de uma determinada trajetória de um certo movimento coletivo organizado" (pág. 99).

São apresentados, integralmente, 15 textos produzidos pela autora durante as fases de luta. Os textos são redigidos sempre em defesa da escola pública e gratuita, ora questionando os órgãos internos da instituição quanto às decisões tomadas, ora incentivando professores, alunos e funcionários à reflexão e ora denunciando os interesses políticos, ideológicos e religiosos na manutenção da PUCSP como escola particular e confessional.

Os textos são, em sua maioria, bastante longos e, como a própria autora comenta, repetitivos, muitas vezes contextualizados especificamente para a época em que foram escritos, deixando o leitor que não acompanhou a luta pela transformação da PUCSP numa universidade pública e gratuita, afastado dos fatos que os geraram. Ainda que muitos nem sequer tenham tido conhecimento da luta pela transformação da PUCSP numa universidade pública, e mesmo da possibilidade de que tal luta pudesse ter acontecido no interior de uma universidade particular, os textos trazem reflexões que se tornam atuais no sentido de quanto a autora já previa do movimento das políticas privatizantes que atualmente vem ocorrendo. Ainda que a autora explicita que este trabalho traz suas memórias como participante do movimento de professores, alertando que outros colegas também produziram textos e defenderam a causa, sua leitura, devido aos longos textos reproduzidos na íntegra, pode causar a impressão que foi uma luta individual.

A autora divide a trajetória pela transformação da PUCSP numa universidade pública e gratuita nomeando-as de "três fases de luta" e, em cada uma delas apresenta

a tensão entre os lados opostos que defendiam interesses políticos, ideológicos e até mesmo religiosos, sendo que cada "fase" estaria centrada num eixo. Cada um dos eixos de luta representa não apenas os fatores de luta interna na instituição, mas os momentos políticos e ideológicos vivenciados em cada época.

Na primeira fase (1968-1982), o eixo é constituído pelo processo de luta contra a ditadura militar, contra o caráter antieducacional (mercantilista) e anticultural (obscurantista) que, com os poucos recursos destinados à educação escolar, iniciava a política pró-privatização, numa clara tentativa do governo federal desobrigar-se da responsabilidade para com a educação escolarizada e como tentativa de eliminar o exercício da crítica na atividade de ensino e pesquisa. É a fase que vai da época do Ato Institucional nº 5 até a vitória dos candidatos de oposição ao regime ditatorial militar em alguns governos estaduais, dentre eles São Paulo.

Na segunda fase (1982-1987), o eixo passa a ser a luta pela garantia de recursos públicos para escolas públicas, a partir da reconquista de parte da estrutura democrática e da possibilidade de existência de recursos com a posse de um professor da PUCSP, André Franco Montoro candidato de oposição ao regime, e da aprovação da "Emenda Calmon" (emenda constitucional nº 24) que definia um percentual de recursos públicos a ser gasto com educação. No outro lado, estavam os grupos ligados à Igreja Católica que, retomando os compromissos elitistas, intensificavam sua busca de subsídios para continuar existindo como particulares.

De 1987 até o primeiro semestre de 1991, se dá a terceira fase, que conta com implicadores da primeira fase combinados com os da segunda, tornando muito difícil a luta interna pelo ensino público e gratuito. Desta vez, eram os interesses privados, impostos pelo monopólio internacional, ditados pelo FMI e Banco Mundial, que colocavam em risco as liberdades democráticas e procuravam atingir o pouco que restava de conquistas em termos de um patrimônio público. O eixo de luta da terceira fase é a intensidade da campanha antiestatizante em tensão com a campanha acirrada pela privatização das empresas estatais iniciadas logo após as eleições de 1989 quando foi eleito Presidente da República Fernando Collor e boa parte do Senado e Câmara dos Deputados, que atenderam aos interesses dos capitalistas de base internacional.

Maria Luiza relata que existiram pré-condições determinantes que influenciaram a iniciativa da possibilidade de transformação da PUCSP numa Universidade pública, as quais denomina de fatores internos e fatores externos.

Como fatores internos, considera que a PUCSP, na década de 60, era constituída de duas faculdades, a de Filosofia Ciências e Letras de São Bento e a de Filosofia Ciências e Letras Sedes Sapienciae, que se constituía *stricto sensu* como escola confessional dirigida a freiras. Como fator interno, estava o fato de a escola pública, já naquela época, não ser quantitativamente suficiente para atender à demanda de estudantes e isto mobilizava os alunos da Faculdade Ciências e Letras de São Bento, e não a PUCSP como um todo, para uma direção que se articulava com a escola pública, visto sua aproximação maior com a escola pública e não com a escola particular confessional.

Os fatores externos são diretamente ligados à repressão militar que, com o golpe de 64 excluiu das Universidades públicas grande quantidade de docentes, justamente

os mais compromissados com o ensino público, que passaram a lecionar nas instituições particulares, a PUCSP entre elas. Esses docentes exerceram forte influência na formação dos alunos, muitos deles futuros professores da própria instituição, como foi o caso da autora.

Os três capítulos do livro que revelam as fases da luta não são ordenados em sentido cronológico, começando com a última fase, a qual, na época em que a autora o redigiu, ainda estava acontecendo e também porque vivia-se uma grande ofensiva pró-privatização. A primeira fase é tratada no segundo capítulo e a segunda, no terceiro.

O primeiro capítulo, que trata da última fase de luta (1987-1990), inicia-se com a tomada de posição de D. Paulo Evaristo Arns, grão chanceler da PUCSP, em não respeitar a decisão de plebiscito da maioria dos professores, alunos e funcionários em transformar a PUCSP numa universidade pública e gratuita estadual. A autora analisa o processo privatizante do ensino com a transformação de universidades particulares, em especial as católicas e confessionais, em Fundações Mistas, chamadas de “escolas públicas não estatais” ou como são conhecidas hoje de “não lucrativas” ou “comunitárias”. Analisa também que a Igreja Católica, na sua pressão sobre o Estado na busca de subsídios acabou por ser “testa de ferro” para mantenedoras de escolas particulares em geral.

No segundo capítulo, que trata da primeira fase de luta (1968-1982), Ribeiro relata o processo histórico do período mais intenso de repressão do regime militar e os mecanismos da Mantenedora da PUCSP, a Fundação São Paulo, com suas dificuldades financeiras, para obter recursos e continuar existindo. Neste período, foi possível contar até com a colaboração da “ala progressista” da Igreja, mais especificamente os setores ligados à Teologia da Libertação, no que diz respeito à luta pelo ensino público e gratuito numa universidade particular. A autora refere não apenas os fatos históricos significativos para os que viviam no interior do processo de luta, mas também os fatos que marcaram o cenário nacional nos tempos do regime militar, como a invasão da polícia militar nas salas de aula, a intimidação de professores e os movimentos estudantis em defesa da democracia.

O terceiro capítulo trata da segunda fase de luta (1982-1987) quando se dá a maior tensão entre o grupo que luta pela transformação da PUCSP numa universidade pública e gratuita, chegando ao plebiscito de 4 de junho de 1987, quando vence a proposta de estadualização, e a Igreja que intensifica sua pressão sobre o Estado para se manter como instituição particular e confessional.

A autora dispara, em todas as fases, severas críticas aos oponentes e omissos para a conquista da transformação da PUCSP em uma universidade pública e gratuita, em especial à Fundação São Paulo, na figura de seu chanceler e presidente D. Paulo Evaristo Arns e a outros bispos, que tudo fizeram para manter a PUCSP como instituição particular e confessional, não respeitando a decisão plebiscitária da maioria dos professores, alunos e funcionários.

Outras críticas são dirigidas aos reitores e pró-reitores acadêmicos, que, de certa forma, foram coniventes com a posição ideológica da Mantenedora, e aos clérigos da chamada “ala progressista” da igreja católica, que foram incapazes de superar a posição tradicional sobre a educação escolar, concluindo que “nada mais conservador há que a ala progressista da igreja católica” (p. 101).

Como é sabido, a PUCSP continua existindo como universidade particular mantida por uma Fundação de cunho confessional católico, e que, cada vez mais, no interior da nossa sociedade, experimenta-se a veia privatizante dos órgãos públicos. A educação torna-se, cada vez mais, uma mercadoria a ser explorada pela competitividade da iniciativa privada.

As memórias de Maria Luiza Santos Ribeiro, narrando e analisando a luta em defesa do ensino público no interior de uma universidade particular como a PUCSP, conduz o leitor a refletir sobre o processo de privatização da educação vivido intensamente nos dias de hoje e amplia horizontes para novas lutas no interior de outras universidades. Mais ainda, adverte e assegura em favor do exercício do pensamento democrático, lutando pelo que é de direito de todo cidadão: um ensino público, gratuito e laico realmente para todos.